



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

**REPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS DAS EMPRESAS NOIVA DO MAR LTDA E SOCIEDADE DOS TRANSPORTES UNIÃO DOS COTISTAS.**

Quanto aos itens 17 a 22 da impugnação interposta pelas empresas Viação Noiva do Mar Ltda e Soc. dos Transportes União dos Cotistas Ltda, esclarecendo que o item acumulava a exigência da garantia à execução do contrato com a garantia à participação do certame já foi alvo de impugnação e retirado da peça editalícia. Já a prestação de garantia pela vencedora do processo licitatório, prevista no art. 56 da Lei Federal 8666/93 se insere no Princípio da Discricionariedade e, no caso presente é exigido como instrumento de eliminação dos riscos ou falhas na execução do serviço. Entende a Administração do Município da maior relevância a exigência da garantia, se assim não fosse não faria parte do edital. Quanto a participação das empresas em consórcio, espera-se operação através de consórcio operacional, sendo suficiente a constituição definitiva deste consórcio com o registro de seus atos na Junta Comercial, respondendo pelas obrigações contratuais perante a Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito – SMSTT, a empresa líder do consórcio.

Quanto a pontuação da frota, as empresas Requerentes é que estão fazendo confusão entre os critérios de habilitação e pontuação, visto que para participação no certame a licitante precisa ter frota mínima de oitenta ônibus. Porém, NÃO HÁ NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE TEMPO DESTA EXPERIÊNCIA, ou seja, a experiência com esta frota pode ser recente.

Já para pontuação, é considerado o período de experiência na atividade de até dez anos e um dia, ou seja, uma licitante pode ter atualmente uma frota de oitenta ônibus, que estará habilitada. Do mesmo modo, que se há dez anos atrás possuía uma frota de menos dez ônibus, irá pontuar, nos termos do Edital.

No caso de participação por empresas em consórcio, havendo atestados de capacidade técnica de desenvolvimento da mesma atividade pelas empresas (transporte urbano, rodoviário ou fretamento), no mesmo período de tempo, poderão ser somadas as frotas utilizadas por cada uma das consorciadas na atividade, para efeitos da obtenção do coeficiente (n) indicativo da quantidade de veículos utilizados nas atividades. EM NENHUM CASO SERÁ ADMITIDA PONTUAÇÃO SUPERIOR A CEM PONTOS NESTE ITEM.

Quanto as indenizações dos funcionários das empresas operadoras, já foi esclarecido, quando do pedido das Requerentes da indenização prevista no art. 42 da Lei 8.987/95, introduzida pela Lei Federal 11.445/07, que os valores das referidas rescisões contratuais estão inclusos nos encargos trabalhistas calculados na tarifa, no item D.2. – DESPESAS COM PESSOAL, da planilha tarifária anexa ao Edital.

A forma de aquisição da atual frota de veículos em operação no sistema de transporte coletivo no município, será nos percentuais de depreciação e remuneração do veículo, apuradas segundo a idade de cada ônibus e da sua utilização desde então. Os veículos com mais de sete anos de idade serão indenizados no percentual de 20% (vinte por cento) do valor do ônibus, previsto na planilha tarifária anexa ao Edital.

Foi realizado pela empresa de Consultoria UHY MOREIRA, contratada pela Prefeitura Municipal em conjunto com as atuais empresas operadoras, nos termos do parágrafo 3º, inciso II, do art. 42 da Lei 8.987/95, auditoria nos créditos remanescentes dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados pelas Concessionárias atuais, estando o referido estudo a disposição de todos os licitantes na sede da Secretaria.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras e Licitações Públicas**

Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito – SMSST, na Av. Major Carlos Pinto, 660-B.

Quanto as especificações dos veículos, os ônibus com comprimento entre oito e dez metros, poderão ter uma ou duas portas. Quanto as demais especificações, PREVELECERÁ SEMPRE AS NORMAS ATUAIS, OU QUE VIEREM A SEREM DETERMINADAS PELA ABNT, sobre qualquer especificação constante no Edital.

A Licitante vencedora deverá possuir sob sua disponibilidade, antes do início da operação do Sistema, garagem no perímetro urbano da sede do Município do Rio Grande, a ser utilizada para guarda, conservação, manutenção e inspeção dos veículos que compõem a frota. Poderá haver a terceirização da mão de obra utilizada nos serviços de lavagem, oficina e lubrificação, visto que a fiscalização da Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito – SMSTT, terá livre acesso as garagens, inclusive para a fiscalização destas atividades.

Quanto a publicidade nos ônibus, além da Lei Municipal 6.515/08, também está em vigor a Lei Municipal nº 5.220/98, que “RESERVA ESPAÇOS PUBLICITÁRIOS NO TRANSPORTE COLETIVO PARA OBTER RENDIMENTOS EM BENEFÍCIO DE INSTITUIÇÕES QUE DÃO ASSISTÊNCIA AO MENOR, DROGADOS E DEFICIENTES FÍSICOS”. O executivo municipal está encaminhando projeto de Lei à Câmara de Vereadores para que revogue as Leis Municipais 5.220/98 e 6.515/08, autorizando que os recursos obtidos com a publicidade nos ônibus sejam revertidos ao Fundo Municipal de Trânsito e Transportes, para melhorias no sistema de transporte coletivo especialmente para a instalação e manutenção de abrigos. De qualquer forma, a matéria deverá observar a legislação vigente.

Quanto aos itens 43 a 47 - Sob a ótica desta Administração as penalidades previstas estão em consonância com os ditames legais, descabendo qualquer retificação pertinente ao assunto. Quanto à alegação da necessidade de ampla defesa, é lógico que este Princípio Constitucional será observado, sob pena de nulidade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário no caso de tal Princípio ser preterido.

Prefeitura Municipal do Rio Grande  
Gabinete de Compras e Licitações Públicas